

# O VOTO DOS EVANGÉLICOS NA AMÉRICA LÁTINA: A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA DETERMINAÇÃO DO VOTO<sup>1</sup>

Autora: Marília Gabriela de Sousa Mateus  
Universidade Federal do Piauí-UFPI  
mariliagabrielam23@gmail.com

## RESUMO:

O foco principal deste trabalho é entender o comportamento político dos evangélicos no Brasil a partir de um esforço teórico, buscando compreender como são conduzidos seus votos: por identificação do eleitor com o candidato ou por indicação dos líderes religiosos que estão à frente das igrejas; e como os partidos políticos e atores políticos reagem com o crescimento do segmento evangélico. Esses questionamentos serão trabalhados em seções diferentes. Na primeira seção é apresentado de forma geral o envolvimento do Estado com a religião na América Latina e em seguida é exposto o sistema eleitoral brasileiro e sua contribuição para o predomínio do voto personalista. Posteriormente é apresentado o “voto de cajado”, termo utilizado para se referir a manipulação do voto dos evangélicos, a partir do que se entende por “voto de cabresto”. Na terceira seção é dedicada a uma breve revisão teórica a respeito das condições que afetam o voto dos evangélicos com a intenção de fazer aparecer novas significações do fenômeno estudado ultrapassando as interpretações já estabelecidas e comparando o comportamento eleitoral dos evangélicos com o típico eleitor brasileiro e de outros segmentos religiosos. Por fim, conclui-se o texto apresentando os resultados que foram possíveis de serem alcançados com as análises das informações nas etapas anteriores.

**Palavras-chave:** Evangélico. Comportamento Eleitoral. Sistema Eleitoral.

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014)

# **O VOTO DOS EVANGÉLICOS NA AMÉRICA LÁTINA: A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA DETERMINAÇÃO DO VOTO**

**Marília Gabriela de Sousa Mateus**

## **INTRODUÇÃO**

Alguns países como na Suíça e Bélgica, parte dos seus partidos políticos são conduzidos por princípios religiosos sendo este um fator fundamental na competição política, estando de um lado “partidos religiosos” e de outros “partidos seculares”, que contribuem para debates políticos em épocas eleitorais bem calorosos (Lijhart, 2003). É certo que quando existe uma definição clara da postura do partido sobre a posição religiosa e na defesa de plataformas específicas que agradam a esse grupo específico, existe uma maior facilidade de identificar os votos dos religiosos já que pela lógica, eles irão confiar seus votos ao partido que defende ideias conduzidas pela religião.

Esse tipo de característica, de postura religiosa entre os partidos, não é tão definido na América Latina, o que não facilita identificar, por exemplo, se existe um padrão de votos entre os evangélicos em um único partido ou candidato. Um bom exemplo desse caso é o Brasil, para Kalsing (2002) e Oro (2001), mesmo na estrutura partidária como a brasileira, a religião tem um forte poder de influência sobre a postura de agentes políticos tanto durante a campanha eleitoral como durante um mandato político como por exemplo na formação em muitos casos de uma bancada informal na defesa de interesses comuns. Assim, a religião se configura como uma variável indispensável para entender o comportamento político, a identificação partidária e o voto de vários grupos sociais.

O tema religião na esfera política brasileira vem obtendo um crescimento importante principalmente devido ao aumento dos evangélicos no país e maior envolvimento destes na esfera política (BOHN, 2004). Crescendo proporcionalmente evangélicos eleitos para o poder

legislativo e executivo brasileiro, o segmento evangélico é tomado cada vez mais como objeto de estudo de trabalhos acadêmicos. De acordo com dados do Latinobarómetro, divulgados em abril de 2014, esse seguimento é o que mais cresce na América Latina. Em alguns países como El Salvador, Nicarágua, Honduras e Guatemala, o número de evangélicos já ultrapassou os 30% da população. Segundo o censo feito pelo IBGE em 2010, o número de evangélicos, em relação a outros segmentos religiosos, foi o que mais cresceu no Brasil.

Quanto ao comportamento eleitoral, na literatura especializada (Kamp e Dijk, 2010; Oro, 2001; Bohn, 2004) é apontado que no Brasil existe uma homogeneidade no comportamento eleitoral entre os evangélicos, não se estruturando um grupo de interesse bem definido, mas um grupo de identidade, ou seja, o que eles defendem é que no Brasil os membros de igrejas evangélicas não possuem uma identificação partidária e sim uma identificação por candidato ou político. Não se pode falar que o partido “A” defende os interesses dos evangélicos e o partido “B” possui princípios totalmente opostos ao “A” no Brasil. Com isso, esses estudiosos citados acima, tentam explicar que os evangélicos votam nos “seus” e que essa característica é sustentada pela baixa escolaridade e baixa renda da maioria dos fiéis.

Será que estes determinantes do comportamento eleitoral dos evangélicos são tão díspares do eleitor brasileiro em geral? E as condições de baixa renda e baixa escolaridade são suficientes para explicar e diferenciar o voto dos evangélicos dos demais segmentos religiosos? Partindo dessas problemáticas e dos recursos disponíveis que possibilitam realizar este trabalho, o objetivo do presente estudo, é portanto, entender esse padrão de comportamento político dos evangélicos no Brasil já que boa parte dos estudos afirmam que os eleitores evangélicos têm votos similares. Busca-se compreender como são conduzidos esses votos: por identificação do eleitor com o candidato ou por indicação dos líderes religiosos que estão à frente das igrejas; e como os partidos políticos e atores políticos reagem com o crescimento do segmento evangélico. Esses questionamentos serão trabalhados em seções diferentes. Na primeira seção é apresentado um panorama geral em relação a religião e apolítica na América Latina. Em seguida, é focado sistema eleitoral brasileiro e sua contribuição para o predomínio do voto no candidato, posteriormente é discutido o “voto de cajado”, termo utilizado para se referir a “manipulação” do voto dos evangélicos a partir do que se entende por “voto de cabresto”. Na terceira seção é dedicada a uma revisão teórica a respeito das condições que afetam o voto dos evangélicos com a intenção de fazer aparecer novas significações do fenômeno estudado ultrapassando as interpretações já estabelecidas e comparando o comportamento eleitoral dos evangélicos com o típico eleitor brasileiro e de outros segmentos religiosos. Por fim, conclui-

se o texto apresentando os resultados que foram possíveis de serem alcançados com a análise das informações nas etapas anteriores. O interesse maior deste artigo é contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica do campo religioso e sua relação com a política.

## **1. RELIGIÃO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

A América Latina, tem suas bases religiosas no catolicismo proveniente dos portugueses e espanhóis que ao “descobrirem” esse continente, almejavam muito mais que terras e riquezas naturais, eles queriam expandir o cristianismo, era a ‘união da cruz e da espada’ (ORO e URETA, p 281, 2007). Com isso, muitos países acabaram por adotar o catolicismo como religião oficial acompanhada com uma limitada ou inexistente liberdade religiosa.

Atualmente, com a globalização e a facilidade de obtenção de informações, esse cenário de opressão religiosa tomou rumos positivos, hoje a liberdade religiosa é imperiosa em toda a América Latina, mesmo que em alguns países os regimes de relações Estado-religiões estejam expresso constitucionalmente. Oro e Ureta (2007) apontam três distintos posicionamentos em relação ao Estado-religião: os que adotam um regime em que não há separação da Igreja e Estado; os que existe essa separação, mas com dispositivos que deixam claras suas preferências pela igreja católica; e os que realmente mantem a igualdade de culto, total separação entre Estado-Igreja. Quanto ao primeiro posicionamento, temos a Argentina, Bolívia e Costa Rica, nesses países é clara a preferência pela igreja católica, mantendo vínculos institucionais garantida via Constituição Federal. Mas mesmo assim, não existe a proibição de outros cultos religiosos (ORO; URETA,2007)

No segundo tipo, existe a liberdade de culto, porém, é dado a igreja católica privilégios provenientes de acordos feitos diretamente com o governo que não beneficiam as outras religiões. Os países que seguem esse modelo são: Guatemala, El Salvador, Panamá, República Dominicana, Peru e Paraguai. Nos países que seguem o terceiro tipo, México, Haiti, Honduras, Nicarágua, Cuba, Colômbia, Venezuela, Equador, Brasil, Chile e Uruguai, a igreja católica não possui oficialmente nenhum privilégio e ainda sustentam a separação Igreja-Estado. Na Constituição mexicana até a participação de figuras religiosas para concorrer a algum cargo

público, é proibido conforme o Artigo 130<sup>2</sup>. Essa mesma proibição encontrasse presente na Argentina (Art.73)<sup>3</sup> e em Honduras (Art. 77)<sup>4</sup>.

Na constituição brasileira, artigo 19<sup>5</sup> e 5<sup>o6</sup>, é garantido a liberdade religiosa e a separação Igreja-Estado. Já a do Uruguai, além de garantir a inexistência de alguma religião de Estado conforme o Artigo 5<sup>o7</sup>, passou ainda por um processo de secularização e laicização radical durante os séculos XIX e XX. Conforme os autores, esse processo que ocorreu no Uruguai, abarcou duas vertentes: “ gestão de uma religião civil por parte do Estado e privatização de outras manifestações religiosas” (GUIGOU apud ORO e URETA, p.298, 2007). Mesmo com a afirmação da liberdade religiosa, é notável que na América Latina a Igreja católica ocupa uma posição confortável. Tal igreja, conta com vários benefícios e até mesmo ajuda financeira por parte do Estado. É marcante a presença de símbolos ligados ao catolicismo em instituições públicas, fator que demonstra um tratamento desigual entre as religiões.

Essa desigualdade de tratamento entre as religiões não impediu o crescimento, principalmente das igrejas evangélicas, na maioria dos países latino americanos. Esse

---

<sup>2</sup> Artigo 130/ e: los ministros no podran asociarse con fines politicos ni realizar proselitismo a favor o en contra de candidato, partido o asociacion politica alguna. tampoco podran en reunion publica, en actos de culto o de propaganda religiosa, ni en publicaciones de caracter religioso, oponerse a las leyes del pais o a sus instituciones, ni agraviar, de cualquier forma, los simbolos pátrios. <http://info4.juridicas.unam.mx/juslab/leylab/250/131.htm>.

<sup>3</sup> Artigo 73 Los eclesiásticos regulares no pueden ser miembros del Congreso, ni los gobernadores de provincia por la de su mando. [http://www.diputadosalta.gov.ar/images/stories/constitucion\\_argentina.pdf](http://www.diputadosalta.gov.ar/images/stories/constitucion_argentina.pdf).

<sup>4</sup> **Artigo 77.-** Se garantiza el libre ejercicio de todas las religiones y cultos sin preeminencia alguna, siempre que no contravengan las leyes y el orden público. Los ministros de las diversas religiones, no podrán ejercer cargos públicos ni hacer en ninguna forma propaganda política, invocando motivos de religión o valiéndose, como medio para tal fin, de las creencias religiosas del pueblo. <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Honduras/hond82.html>.

<sup>5</sup> Artigo 19: É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - recusar fé aos documentos públicos; III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

<sup>6</sup> Artigo 5º / VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

<sup>7</sup> Artigo 5º: Todos los cultos religiosos son libres en el Uruguay. El Estado no sostiene religión alguna. Reconoce a la Iglesia Católica el dominio de todos los templos que hayan sido total o parcialmente construidos con fondos del Erario Nacional, exceptuándose sólo las capillas destinadas al servicio de asilos, hospitales, cárceles u otros establecimientos públicos. Declara, asimismo, exentos de toda clase de impuestos a los templos consagrados al culto de las diversas religiones. <http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const967.htm>.

argumento pode ser corroborado mediante dados coletados junto ao Latinobarómetro onde é possível perceber a migração religiosa quando comparado os dados de 1995 a 2013.

**TABELA 1: Diferença entre católicos e protestantes de 1995 à 2013**

PAÍS	1995 DIFERENCIA ENTRE CATÓLICOS Y PROTESTANTES	2013 DIFERENCIA ENTRE CATÓLICOS Y PROTESTANTES	DIFERENCIA – PÉRDIDA DE DOMINACIÓN 1995-2013
HONDURAS	+64	+6	-58
NICARAGUA	+66	+10	-56
URUGUAY	+42	+3	-39
CHILE	+65	+32	-33
COSTA RICA	+72	+41	-31
PANAMÁ	+84	+53	-31
EL SALVADOR	+52	+23	-29
BRASIL	+70	+42	-28
GUATEMALA	+29	+7	-22
COLOMBIA	+82	+61	-21
BOLIVIA	+76	+59	-20
PERÚ	+86	+67	-19
ARGENTINA	+81	+64	-17
VENEZUELA	+83	+66	-17
ECUADOR	+85	+69	-16
PARAGUAY	+90	+80	-10
REP. DOMINICANA	+50	+47	-3
MÉXICO	+67	+69	+2

Fonte: Latinobarómetro 2013

Ao longo desses anos, com exceção do México e República Dominicana, a diferença em números entre protestantes e católicos foi diminuindo. O caso que mais chama atenção é em Honduras, onde em 2013 a diferença entre protestantes e católicos é de apenas 6 pontos percentuais. Em seguida, vem a Guatemala com apenas 7 pontos percentuais. Esses dados, por se só, não nos permite afirmar que está ocorrendo uma mudança de escolha religiosa de católicos especificamente para evangélicos, e sim de que o número de fiéis católicos diminuiu enquanto que de evangélicos cresceu.

O declínio do catolicismo é explicado tanto por fator internos a Igreja católica como externo a ela. Várias são as tentativas de explicar tal declínio. GUMUCIO (2012) por exemplo, explica que esses fatores internos correspondem ao enfraquecimento institucional que se depara com um número cada vez mais reduzido de “Agentes pastorais”, além de não conseguir atingir locais marginalizados e por não ter uma presença significativa nos meios de comunicação. Em relação aos fatores externos, esse mesmo autor atribui a influência da nova economia capitalista que prega valores contrários a igreja católica tradicional, assim como os movimentos sociais em geral e a facilidade de acesso a meios de comunicação. Por mais que o catolicismo ainda seja muito forte na América Latina, ela vem perdendo poder de influência o que acaba abrindo espaço para outras religiões. Em meio a essa “abertura Religiosa” os evangélicos vem tendo

maior destaque e atingindo áreas antes não alcançadas por nenhuma outra religião e nem mesmo pelo Estado. Na política a participação de evangélicos é ativa em vários países latinos americano ocupando até mesmo cargos públicos, eletivos ou não (GUMUCIO, 2012)

A maior participação de evangélicos no meio político, não deve ser algo a ser tomado por cientistas sociais como uma surpresa. Uma vez que um determinado grupo cresce significativamente, este, necessitaria de maior representatividade no meio político na tentativa de garantir seus direitos. O certo é que a influência religiosa vem transformando o cenário político exatamente por essa relação religião-política (GUMUCIO, 2012). Posteriormente passaremos a focar no caso brasileiro onde a aproximação entre religião e política é cada vez maior.

## **1.2 O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O VOTO PERSONALIZADO**

Gallagher e Mitchell (2009) explicam que no governo representativo as pessoas não se governam diretamente, elas delegam a função de tomada de decisões para “funcionários públicos”, em uma democracia, esses são escolhidos por intermédio de eleições. Para Richard S. Katz (1997) as eleições são as instituições em que o representado autoriza os seus representantes a tomarem decisões políticas por eles, assim, não é possível um sistema ser democrático sem eleições. E o que Gallagher e Mitchell (2009) questionam é como esses representantes são eleitos e se faz diferença no modo como são eleitos. No livro “*The politics of electoral systems*” juntamente com vários outros pesquisadores, Gallagher e Mitchell fazem um estudo sobre os sistemas eleitorais em diversos países, e o que mais chama atenção nesse trabalho são as estratégias dos partidos políticos para garantir votos em meio as regras eleitorais. Um exemplo, é a prática dos partidos de colocar em eleições proporcionais políticos de carreira ou pessoas famosas para agirem como “puxadores de votos” elegendo outros candidatos que não conseguiram atingir os votos necessários. É enfatizado que o sistema eleitoral pode interferir na vida interna dos partidos, gerando conflitos intrapartidários ou contribuindo para o aumento do poder de indivíduos específicos dentro do partido, prejudicando na oferta de novos candidatos na tarefa de dar outras possibilidades de voto para os eleitores.

Sendo assim, o sistema eleitoral que vigora no país é determinante na forma em que os partidos políticos e candidatos se estruturam em uma campanha na própria formação de

governo e no comportamento eleitoral. Portanto, para entender o comportamento dos atores políticos é necessário entender, previamente, qual o sistema eleitoral que vigora no Brasil. O sistema eleitoral estabelece regras que definem como em uma eleição o eleitor deve proceder para fazer sua escolha e como esses votos serão contabilizados para se configurar em um mandato (NICOLAU, 2012).

Katz (1997), na busca de entender as democracias modernas e de explorar a relação entre democracia e eleições, afirma que o primeiro dilema de instituições políticas é criar um processo de decisão que permita ao povo governar. O autor destaca que a válida universalmente é a por representação, com eleições competitivas e sufrágio universal. O processo de decisão no Brasil segue esta linha. O sistema eleitoral brasileiro foi definido pela Constituição Federal de 1988 acompanhada pelo Código Eleitoral e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ficou estabelecido que as eleições são **Proporcionais** de lista aberta para deputados federais, deputados estaduais e vereadores. No sistema de lista aberta, a lista só é definida posteriormente a apuração de votos. Contam ainda, com o quociente eleitoral que auxilia na distribuição das cadeiras entre os partidos. Esse cálculo é feito pelo número dos votos válidos dividido pelo número de cadeiras em disputa; são **Majoritárias** as eleições para presidente, governador, prefeito e senador, onde o candidato deve atingir mais de 50% dos votos, caso não atinja, é realizado o segundo turno (com exceção do senador). No caso do segundo turno nos municípios, a exigência é que conste mais de 200 mil eleitores (NICOLAU, 2012).

Depois de um rápido entendimento do sistema eleitoral brasileiro é interessante focar no sistema de lista aberta. Este é o elemento relevante que pode explicar o voto personalizado, que é o voto do eleitor para um candidato e não para o partido. No estudo feito por Jairo Nicolau(2006) no livro “*O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil*” é esclarecido que o partido pode vir apresentar uma lista prévia de até uma vez e meia o número de cadeiras, e quando existe coligação, esse número pode chegar a duas vezes e meia o número de cadeiras. A competição fica tão acirrada que os candidatos de um mesmo partido competem entre eles, ou entre os candidatos de uma mesma lista. E caso o partido não atinja o quociente eleitoral, ele fica de fora na distribuição das cadeiras, ou seja, o candidato deve buscar o maior número de votos para que fique em uma boa posição na lista e ainda tem que se preocupar com o quociente eleitoral. Dessa maneira o voto na legenda ou voto no partido perde cada vez mais visibilidade, uma vez que o voto na legenda elege o candidato pré-selecionado pelo partido o que não é uma boa estratégia para aqueles que estão mal posicionados na pré-lista.



A tendência com esse sistema eleitoral é que o voto do eleitor seja fortemente personalizado, dando prioridade em avaliar os atributos pessoais do candidato e não o partido em que pertence. Russell Dalton (2013) no livro: *“Political parties & democratic linkage: how parties organize democracy”* coloca que existe muita discussão em torno do aumento do voto centrado no candidato e se esse comportamento fortalece ou fragiliza o sistema de partido baseado no governo. A origem desse questionamento, vem do fato dos partidos estarem fazendo, de forma cada vez mais frequente, uso de recursos do Estado no intuito de reforçar suas posições na sociedade e como cartel, na intenção de eliminar concorrentes.

Kartz e Mair explicam que o partido cartel utiliza recursos do Estado para limitar a concorrência política e garantir seu próprio sucesso eleitoral, e essa incorporação de partido dentro do Estado tem contribuído para provocar a desconfiança dos cidadãos (Katz & Mair, 2009). Para Kartz (2006) o papel dos partidos de mediadores, responsáveis para organizar e simplificar as escolhas dos eleitores, foi perdendo força por conta do distanciamento partido-eleitor. Mesmo com o descrédito dos partidos políticos em meio a sociedade é certo que uma democracia representativa não se sustentaria sem partidos. Peter Mair(2003) comenta que em meio ao declínio dos partidos como agentes de representação, é de responsabilidade dos partidos a continuidade na gestão da democracia.

É corroborado que o voto personalizado tem além do problema de distanciamento dos partidos políticos com os eleitores vários outros causadores como a troca de favores entre eleitor e candidato, mas é identificado claramente que o sistema de lista aberta dá total condição para que o voto do eleitor brasileiro seja direcionado ao candidato. Jairo Nicolau(2006) analisa a queda de votos na legenda dos principais partidos para a câmara dos deputados de 1990 a 2002 como pode-se observar na Tabela abaixo. Esta Tabela, permite visualizar que o voto do eleitor no candidato e não no partido político vem fazendo parte do panorama geral no cenário político brasileiro, que no decorrer das eleições foi se consolidando como uma característica geral do eleitorado no Brasil e não de um segmento específico.

**Tabela 2: Percentual de votos de legenda obtido pelos principais partidos das eleições para a Câmara dos Deputados de 1990 a 2002.**

	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>
PT	43	33	26	15
PSDB	10	11	20	9
PMDB	16	4	9	6
PFL	7	2	6	6
PDT	24	5	18	18
PPB	28	2	9	8
PTB	11	2	9	7
PSB	9	2	8	9
PPS	23	3	28	11
PCdoB	18	2	8	4
PL	10	2	10	6
<b>Brasil</b>	<b>18</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>10</b>

Fonte secundária: Jairo Nicolau /2006 via Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

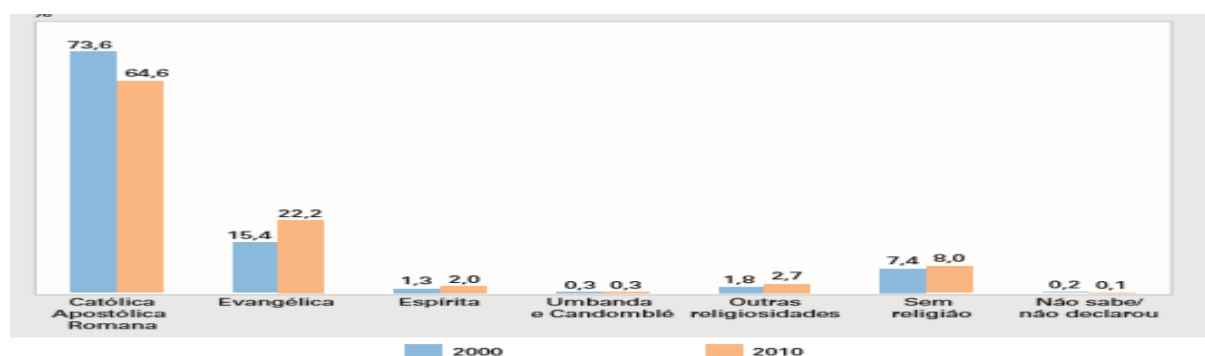
É nítido, ao analisar os resultados da tabela, o desinteresse do eleitor brasileiro em direcionar seu voto para o partido ao longo das eleições. O único que conseguiu repetir os resultados de 1990 em 2002 foi o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e mesmo assim apresentava um baixo percentual com apenas 9% de votos em sua legenda. Até mesmo o Partido dos Trabalhadores (PT) que em 1990 tinha a maior percentagem em comparação aos outros, 43%, despencou para 15% em 2002. Para Gallagher (2009) ,no sistema de lista aberta, os candidatos são mais dependentes dos eleitores o que os obriga a manter uma certa aproximação, sendo que na lista aberta é permitido que os pontos de vista da população prevaleça. Já em um sistema de lista fechada, onde o partido é responsável por ordenar os candidatos na lista, os candidatos são mais dependentes dos partidos, permitindo serem menos sensíveis em relação aos eleitores, uma vez que estes não opinam nas escolhas internas dos partidos. O autor cometa que *“Like other political institutions, electoral systems are designed and chosen by political actors and, once chosen, constrain and affect the behaviour of those actors”* (Gallagher, 2009, p.535) conforme este comentário, e concordando com ele, entende-se que para haver uma maior compreensão do comportamento dos atores políticos é de suma importância entender o sistema eleitoral que rege as eleições do país. Levando em consideração a afirmação de Gallagher, pode-se, a partir desse entendimento do sistema político brasileiro, procurar compreender o comportamento político eleitoral, especificamente dos evangélicos.

Um sistema eleitoral como o do Brasil é exigido um esforço significativo dos candidatos na busca de votos. Um dos alvos de muitos deles são as igrejas evangélicas. Em ano eleitoral tornou-se comum no meio dos cultos ser citado o nome de algum candidato ou até

mesmo de permitir que este suba ao altar para “cumprimentar a igreja”. Nas eleições de 2012 alguns jornais colocaram em suas manchetes a nova estratégia dos candidatos. No Rio de Janeiro, o Jornal O Globo publica no dia 5 de Julho: “No Rio, candidatos miram eleitor evangélico e áreas das UPP<sup>8</sup>” e no dia 27 do mesmo mês publicou: “Evangélicos usam estrutura de templos em suas campanhas”. E como fala Dalton (2013), para obter sucesso, os partidos devem se adequar as mudanças e continuar contribuindo com o processo da democracia representativa. Se o foco é dado aos candidatos, na estratégia de campanha, os partidos são apenas figurantes, mas de fundamental importância para a manutenção do governo representativo. E se um determinado segmento ganha destaque tanto em relação ao crescimento em números como na forte influência deste na sociedade cabe, conforme Dalton, uma adequação dos partidos para atingir os anseios desse determinado grupo.

Segundo o censo de 2010<sup>9</sup>, o número de evangélicos cresceu fortemente. Entre os segmentos religiosos, os evangélicos atingiram no ano de 2000 em porcentagem 15,4% da população e em 2010 o crescimento foi de 22,2%, passando de 26,2 milhões para 42,3 milhões de evangélicos. Como mostra no gráfico a seguir, mesmo tendo ainda uma população brasileira de maioria católica, houve uma queda de adeptos de 73,6% para 64,6%. Com a ajuda do Gráfico, é possível visualizar o significativo crescimento dos evangélicos em comparação com as outras principais religiões existentes no país. E esse crescimento refletiu no maior interesse desse grupo na esfera política passando a ser um novo campo de atuação dos candidatos a cargos políticos (Velooso, 2012).

**Gráfico:** Comparação do censo de 2000 e 2010 em relação a composição religiosa da população brasileira.



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000/2010.

<sup>8</sup> UPP: “Unidade de Polícia Pacificadora, conhecida também pela sigla UPP, é um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que pretende instituir polícias comunitárias em favelas principalmente na capital do Estado..” <http://pt.wikipedia.org/wiki/UPP>.

<sup>9</sup> Último censo realizado no Brasil pelo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

É importante frisar que com a Constituição Federal de 1988 determinando o Estado laico e tratando de forma igualitária todos os segmentos religiosos, as igrejas evangélicas em especial, se espalharam e se diversificaram existindo variações entre elas. As que obtiveram maior crescimento foram as pentecostais e neopentecostais. Os evangélicos conquistaram maior visibilidade entre a sociedade (fator confirmado pelo Gráfico acima) e passaram a ganhar espaço no cenário político. As igrejas mais atuantes são a Igreja Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular. O número de candidatos evangélicos e de políticos que tem apoio de igrejas evangélicas, principalmente para a câmara dos Deputados, cresceu a ponto de deixar os estudiosos do comportamento político curiosos em entender o que determina os votos desses fiéis (MAIA, 2006).

As igrejas passaram a mobilizar um grande número de pessoas e a atuar como uma instituição alternativa no papel de estabelecer uma relação entre sociedade e Estado devido a presença das igrejas em lugares onde nenhuma outra instituição pode chegar e de realizar atividades que a priori é de responsabilidade do Estado. Programas educacionais, trabalhos de assistencialismo e de promoção de lazer são oferecidos pelas igrejas em periferias e locais marginalizados. Com essas características, as igrejas são excelentes campos de atuação para candidatos a cargos políticos. O diagnóstico de Pippa Norris (2004) é que religiosidade é mais forte em países mais pobres com populações vulneráveis e estados falidos devido ao papel social atribuído as instituições religiosas. Para Norris, a tendência é que a religião venha se expandir cada vez mais.

Esse diagnóstico quebra, o que segundo Pippa Norris, era defendido por muitos pensadores como: Auguste Comte, Herbert Spencer, Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Sigmund Freud. Durante a maior parte do século XX, eles acreditavam que a religião deixaria de ser significativa com o advento da sociedade industrial. O que se observa hoje é um crescimento da atuação de igrejas evangélicas no meio político e o surgimento de novos movimentos espirituais. O modo como a religião se configura na política, revela que a secularização, que é o movimento de desligamento religioso da sociedade, não está acontecendo como o esperado no século XX. Não se pode subestimar o poder dos movimentos religiosos e suas influências no meio político (NORRIS, 2006).

Com isso, a religião entra no cenário político na intenção de aproximar a sociedade à política em meio as carências sociais no Brasil, provocando mudanças no modo como os seus

seguidores estão votando. E é com a intenção de entender como estão votando os eleitores evangélicos que surge a necessidade de compreender a expressão “voto de cajado” antes de examinar as diferenças entre o eleitorado evangélico e o eleitorado brasileiro em geral e de outros segmentos religiosos.

## 2 COMPREENDENDO O “VOTO DE CAJADO” A PARTIR DO “VOTO DE CABRESTO”

A capacidade de influenciar de um líder religioso é bastante relevante no segmento evangélico. Assim, o “voto de cajado” seria o voto conduzido pelos interesses deste líder, onde tal, não levaria em consideração a liberdade de escolha dos membros de sua igreja. Os dirigentes religiosos que têm esse tipo de postura deixam brechas para uma comparação com o “voto de cabresto”, que se configurava, no período republicano, na condução de toda a população, de uma determinada região, a votarem no candidato indicado pelos coronéis, donos de terras de forte poder econômico. O termo “cajado” faz referência ao título de pastor (homem que cuida de ovelhas que tem nas mãos um cajado) dado ao líder religioso das igrejas evangélicas. “Voto de cajado” é um termo utilizado em uma campanha da **Rede FALE**<sup>10</sup> formada por evangélicos que são contra a “manipulação” do voto dos fiéis por alguns líderes religiosos. Essa expressão, até o momento da construção deste artigo e de acordo com as pesquisas realizadas, não foi conceituada academicamente.

Segundo Vítor Nunes Leal (1976), no início do período republicano os coronéis tinham o voto de cabresto como forte ferramenta, e por meio de compra ou troca de favores os líderes locais garantiam votos para o candidato ao governo estadual que por acordo prévio lhe prometia a manutenção de seu poder e benefícios à seu favor. O voto de cabresto era o voto forçado dos dependentes do coronel. Como o voto não era secreto os coronéis colocavam os seus capangas para garantir que ninguém desviasse o voto para outro candidato. Os líderes locais tinham verdadeiros “currais eleitorais”.

---

<sup>10</sup> **A Rede FALE**, não se trata de uma sigla, mas um convite a que todos levantem sua voz, por isso o FALE. Segundo representantes da Rede, o termo voto de cajado foi criado por membros da rede FALE do Rio Janeiro. As informações foram coletadas por meio de contato com os membros via página eletrônica da rede social facebook: <https://pt-br.facebook.com/redefale> e do blog: <http://redefale.blogspot.com.br/>.

Mesmo em um contexto diferente, onde antes o voto era aberto, permitindo o total controle dos votos pelos coronéis, o “voto de cajado”, segue na atualidade, princípios que caracterizaram o que foi o “voto de cabresto”. Os pastores que realizam essa prática, garantem o voto dos seus membros a candidatos que prometem benefícios para a denominação ou igreja. Esses favores podem ser na obtenção de concessões na mídia televisiva e rádio, na aquisição de terrenos e entre outras barganhas. Dessa forma, o político ou candidato evangélico que possui apoio de alguma denominação religiosa, tem os gastos de campanha reduzidos levando em conta que o sistema eleitoral brasileiro motiva uma forte competição que acarreta em campanhas de alto custo, chegando alguns candidatos a gastarem fortunas nas suas campanhas individuais (Veloso, 2012). É importante esclarecer que a intenção aqui não é comparar pastores com os coronéis do período republicando, mas dá suporte teórico para um entendimento mais claro da intenção do uso do termo “voto de cajado” que advém do “voto de cabresto”.

Uma das igrejas que mais se destaca no meio político e acadêmico brasileiro é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Ela é alvo de muitos estudos que fazem relação de evangélicos e política (Conrado, 2006; Oro, 2003; Machado, 2003). A Igreja Universal, geralmente lança seus bispos e pastores na disputa eleitoral, principalmente para o poder legislativo. E durante os cultos realizados pela IURD, os candidatos são apresentados aos membros e estes orientados a votarem no “candidato da igreja”. Para Veloso (2012), ser religioso é um elemento favorável aos candidatos nas eleições, já que os evangélicos em sua maioria votam em evangélicos e simpatizantes. Com vista neste argumento, as igrejas passariam a ser verdadeiras fontes de eleitores “fiéis”.

A IURD é a igreja que possui maior organização na mobilização política para os seus candidatos. Conforme Oro (2003) a IURD procura desde 1997, apresentar candidaturas oficiais e fazem uma clara divulgação de quem são os candidatos políticos que os membros devem votar. A divulgação é feita no altar com a presença dos candidatos utilizando banners com fotos dos respectivos. Sendo a opção de candidato apresentada pela igreja e apoiada por ela, poucos serão os adeptos que deixarão de seguir a indicação. O comportamento da IURD é “copiado” por outras denominações como a Assembleia de Deus e Igreja Quadrangular. Esta última, chega à fazer reuniões semelhantes as que são feitas pelos partidos, para deixar em evidência quem são seus candidatos (Oliveira, 2012). Nesse cenário político, os políticos e candidatos evangélicos ficam livres para se acomodarem entre os vários partidos do sistema partidário brasileiro uma vez que a filiação do candidato não é levada em conta (Jeronimo, 2010),

Nas eleições de 2012, um líder evangélico que se destacou por declarar apoio direto a alguns candidatos, à prefeitura e a câmara de vereadores, foi o pastor Silas Malafaia, principal líder da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Em uma entrevista dada para o site **iG** (GOMIDE, Raphael. **iG** Rio de Janeiro.) o pastor Malafaia é questionado sobre o seu envolvimento com a política, ele responde que tem a convicção, de como líder de um segmento, do dever de influenciar o máximo que puder já que não tem interesse de ser político, mais acredita que por meio do poder político os evangélicos podem garantir os seus princípios, e por está a muito tempo na mídia ele acabou adquirindo credibilidade e os evangélicos acatam ou consideram o que ele fala. Segundo o mesmo site, o pastor Silas Malafaia apoiou 40 candidatos que obtiveram êxito nas eleições de 2012, sendo 24 prefeitos (no primeiro turno) e 16 vereadores. Evidências como esta, deixa claro a eficácia de utilizar a religião para produzir votos e da forte presença do “voto de cajado”.

Na seção seguinte será dedicada a uma breve revisão na literatura sobre os evangélicos no intuito de compreender como eles fazem suas escolhas políticas e suas diferenças e semelhanças com o eleitor em geral e de outros segmentos religiosos.

### **3. O IMPACTO DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS DOS EVANGÉLICOS NA ESCOLHA DO CANDIDATO**

No livro “A Cabeça do Brasileiro” de Alberto Carlos de Almeida (2007) é feito uma investigação do perfil da população brasileira a partir de questionários aplicados pela Pesquisa Social Brasileira, chegando a concluir que o fato de grande parte da sociedade brasileira ter baixa escolaridade, torna o Brasil um país de características arcaicas. Essas características são: *“apoia o “jeitinho brasileiro”; é hierárquico; é patrimonialista; fatalista; não confia nos amigos; não tem espírito público; defende a lei de Talião; é contra o liberalismo sexual; é a favor de mais intervenção do Estado na economia; é a favor da censura”* (Almeida, 2007, p. 26). Fazer generalizações como a que Almeida (2007) faz em relação ao perfil da sociedade brasileira levando em conta apenas o fato da maioria da população ter baixa escolaridade é arriscado, principalmente por se tratar de uma população totalmente heterogênea em cultura e crenças. Para ter resultados mais adequados não se pode negar as diferentes características da população. Pode-se concluir que pessoas com baixa escolaridade são mais fáceis de manipular,

mas será então que esse diagnóstico é também suficiente para explicar o comportamento do eleitorado evangélico? A resposta para essa questão deve ser considerada de forma cuidadosa.

Como observado na sessão anterior é nítido que os eleitores evangélicos sofrem forte pressão sobre a escolha dos candidatos políticos em que devem votar. Parte da literatura voltada para o comportamento eleitoral dos evangélicos, atribuem a fácil manipulação desses indivíduos devido a: condição socioeconômica em que encontram-se a maioria dos membros; a presença das igrejas em lugares marginalizados; o nível de escolaridade dos adeptos e os valores que são defendidos pela própria igreja (Maia, 2006; Oro, 2003; Bohn, 2004). Segundo Oro (2003) a igreja consegue mobilizar politicamente setores sociais de baixa renda e de baixa escolaridade. Eleitores que antes não sabiam em quem votar, passam a ser orientados e estimulados a conquistar votos para o candidato apoiado pela igreja. De certa forma a igreja conduz os membros a uma participação política. Assim, a teoria defendida por alguns estudiosos de que os evangélicos brasileiros são eleitores apáticos, é rejeitada (GOMES, 1996; NOVAES, 2002). No estudo de Jeronimo (2010) “*A Participação Política da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Estado do Maranhão pós-1986*” deixa evidente que o crescimento das pretensões políticas vem maximizando a participação eleitoral dos evangélicos no Brasil. A intenção de defender a instituição igreja leva os membros a uma mobilização e interesse na atividade política.

Questionar se existe uma uniformidade no comportamento dos eleitores evangélicos pertencentes a diferentes denominações não é nenhuma novidade. Conforme o estudo realizado por Bohn (2004) utilizando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002, foram encontrados 68 denominações diferentes e devido à variedade, existe uma forte competitividade entre elas, prejudicando no próprio meio político como na constituição de pautas políticas que poderiam ser favoráveis a todas as denominações. Por outro lado, em todas elas é exigido aos fiéis assiduidade nos cultos, o que deixa os líderes religiosos muito próximos dos seus fiéis e estes ficam mais vulneráveis as influências de seus líderes. Assim, é possível afirmar que os eleitores evangélicos estão sujeitos a influências na escolha de candidatos políticos pela liderança evangélica e isso pode levar a uma uniformidade. Vale destacar que para uma averiguação mais precisa de uniformidade deve-se desenvolver um estudo mais complexo que leve em consideração as inúmeras doutrinas evangélicas e seus preceitos.

Associar evangélicos a precárias situações econômicas e baixa escolaridade não é um diagnóstico que possa diferenciá-los dos outros segmentos religiosos. Na análise de dados feita Bohn (2004), referentes as rendas dos membros dos principais segmentos religiosos e os que



declaram sem religião no Brasil, percebe-se que em todas elas (católica, evangélica, kardecista, afro-brasileiras) mais de 50% dos membros recebem mensalmente no máximo dois salários mínimos. Em relação ao nível educacional os valores são bem semelhantes, segundo os dados do ESEB, mais da metade de católicos e de evangélicos não possuem ensino fundamental completo (BOHN, 2004).

Afirmar que o eleitorado evangélico na sua maioria é de baixo nível educacional e de baixa renda não determina que esse grupo tenha maior tendência a ser manipulado do que outros. A diferença do eleitorado evangélico para o eleitorado de outro segmento religiosos se encontra no meio social em que vivem e estão expostos. Os evangélicos por estarem com maior frequência reunidos em cultos, terem maior proximidade com seus líderes e terem valores morais mais enraizados, os tornam vulneráveis as influências vindas da instituição igreja.

Leandro Piquet Carneiro (1998) atribui as igrejas, instituições que constituem verdadeiros ambientes políticos, criando efeitos contextuais que podem influenciar seus membros e mobilizá-los em torno de um candidato. Dessa maneira, o voto dos evangélicos tem a maior probabilidade de ser conduzido por seu líder e não por simpatia ou carisma do candidato. Não importando se esse candidato, que é apoiado pelo líder, é evangélico ou não. Partindo de uma vertente sociológica que considera fundamental para compreender as escolhas políticas do eleitor levar em conta a identificação do eleitor com o grupo que pertence, a identidade religiosa pode ser mais determinante na escolha do voto do que a identidade partidária (MACHADO, 2006).

Rodrigues (2009) comenta que existe um certo consenso na literatura sobre comportamento eleitor brasileiro que é caracterizado por baixa sofisticação política, baixo nível de renda e baixo nível educacional, levando a um eleitor desinteressado por política configurando seu voto ao personalismo, baseado nas qualidades pessoais do candidato. O autor destaca que essas observações gerais do eleitorado, nada ou pouco tem levado em consideração segmentos específicos e particularidades de alguns grupos da população. Portanto, a partir do que já foi trabalhado até aqui, pode-se entender que o eleitorado evangélico possui suas especificidades em relação ao típico eleitor brasileiro, o eleitor evangélico tem seu voto geralmente pautado pelas influências do líder religioso (voto de cajado) e não pelas qualidades pessoais dos candidatos.

É inegável a necessidade de realização de surveys a nível nacional para traçar o perfil do eleitor evangélico no Brasil. Mesmo com tantos estudos nesta linha de pesquisa ainda não

se pode trabalhar de forma rígida esse segmento no Brasil por falta de informações e dados que possibilite uma maior exatidão nas informações. Os textos trabalhados nesse artigo conseguiram suprir alguns questionamentos como já foram citados acima e outros apresentados a seguir.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A tendência com o sistema eleitoral que conduz as eleições no Brasil é que o voto do eleitor seja fortemente personalizado, dando prioridade em avaliar os atributos pessoais do candidato e não o partido em que este pertence. Assim, o voto é personalizado de forma geral no Brasil e não é capaz de caracterizar um único segmento da sociedade.

O apoio de um grupo específico da população em meio a competição eleitoral, é um passo à frente em relação aos concorrentes. Dessa forma, as igrejas, em especial as protestantes, viraram alvo de candidatos. Essas igrejas geralmente têm líderes carismáticos e de fácil acessibilidade ao público, sendo capazes de mobilizar muitos fiéis em favor de um político. A submissão dos membros aos seus pastores é uma condição que possibilita aos líderes manipular esses indivíduos, já que estão mais expostos as investidas das lideranças e é exigido aos fiéis assiduidade nos cultos, o que deixa os líderes religiosos muito próximos dos membros. Portanto, conclui-se que os eleitores evangélicos estão sujeitos a fortes influências na escolha de candidatos políticos por suas lideranças.

O esforço de compreender a influência da religião no comportamento eleitoral levou a identificar as diferenças do típico eleitor brasileiro para o eleitor que faz parte do segmento evangélico. O baixo nível de escolaridade e a baixa renda marcam qualquer grupo religioso, não sendo suficientes para explicar o voto dos membros de igrejas protestantes. O que foi possível identificar com os dados apresentados nesse estudo é que o voto dos evangélicos está ligado à vontade e indicação dos seus líderes religiosos. O voto é no candidato, mas pouco importa suas características pessoais, basta ser um candidato oficial da igreja ou apoiado por seu pastor. Com isso, As igrejas e seus líderes evangélicos ganham importância no cenário político, principalmente nas eleições proporcionais, devido suas capacidades de mobilização dos membros e de influenciar no comportamento do eleitor evangélico.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. (2007). **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, terceira ed.

BOHN, Simone. (2004). **Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral**. In: Opinião Pública, Campinas. Volume X, nº 2, Outubro.

CARNEIRO, L. P. (1998). **“Cultura Cívica e Participação Política entre Evangélicos”**. In: Rubem César Fernandes; Outros. (Org.). Novo Nascimento: Os Evangélicos, na Igreja, em Casa e na Política. Mauad Editora, v. 1.

CONRADO, Flávio. (2006). **Protestantismo no Brasil: fé no sucesso**. Revista Nossa História, Rio de Janeiro, n. 38, p. 30-34, dez.

DALTON, Russell. (2013). **Political parties & democratic linkage: how parties organize democracy**. Oxford University Press. Oxford.

GALLAGHER, Michael (2009), Conclusion. **The Politics of Electoral Systems**. Michael Gallagher e Paul Mitchell. Oxford, Oxford University Press.

GALLAGHER, Michael e MITCHELL, Paul (2009), Introduction to Electoral Systems. **The Politics of Electoral Systems**. Michael Gallagher e Paul Mitchell. Oxford, Oxford University Press.

GOMES, W. **Nem anjos nem demônios**. In: ANTONIAZZI, A. et al Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes. (1996).

GOMIDE, Raphael. **iG Rio de Janeiro**. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-10-11/pastor-silas-malafaia-se-consolida-nas-eleicoes-como-lider-politico-nacional.html>>. Acessado em: 9 de fevereiro de 2014.

GUMUCIO, Cristián. **RELIGIÓN, POLÍTICA Y CULTURA EN AMÉRICA LATINA NUEVAS MIRADAS/ RELIGIÃO, POLÍTICA E CULTURA NA AMÉRICA LATINA NOVOS OLHARES** Cristián Parker Gumucio (editor). Instituto de Estudios Avanzados Universidad de Santiago de Chile Primera edición, diciembre 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE.

KALSING, V. **"O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul"**. *Cadernos Pagú*, vol.19, p.279-314. (2002).

Katz, Richard S. **Democracy and Elections**. Oxford, Oxford University Press. London. (1997).

KATZ, Richard S. **Hand of Party politics**. Sage Publications. Los Angeles. (2006)

LATINOBARÔMETRO. **Las religiones en tiempos del Papa Francisco**. <http://www.latinobarometro.org>. Banco de dados em línea. Santiago de Chile. 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3ed. São Paulo: Alfa Ômega. (1976).

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenhos e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (2003).

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: Ed. FGV ( 2006).

\_\_\_\_\_. **“Igreja Universal: uma organização providencia”**, in A. P. Oro, A. Corten e J. Dozon (eds.), *A igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*, São Paulo, Paulinas. ( 2003).

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. **Os evangélicos e a política**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº, p. 91-112. (2006).

MAIR, Peter. **Os partidos políticos e a democracia**. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 277-293. (2003).

MAIR, Peter; KATZ, Richard. **The Cartel Party Thesis: A Restatement**. *Perspectives on Politics*. December 2009 | Vol. 7/No. 4.

NOVAES, R. R. **Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens**. In: FRIDMAN, Luiz (org.). *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro. Relume Dumará: ALERJ, pp.: 63-97, 2002.

NORRIS, Pippa. **Sacred and Secular: Politics and Religion Worldwide**. Coauthored with **Ronald Inglehart**. New York: Cambridge University Press. (2004).

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV. (2012).

\_\_\_\_\_. **O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ and Visiting Research Associate, Centre for Brazilian Studies May. (2006).

ORO, Ari Pedro. **A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e políticos brasileiros** . *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 53: 53-69. (2003).

\_\_\_\_\_. **Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS)**. *Debates do NER*, ano 2(3). Porto Alegre, UFRGS, 2001.

ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. **RELIGIÃO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DOS PAÍSES**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 281-310, jan./jun. 2007

RODRIGUES, Guilherme Alberto. **O Comportamento Eleitoral dos Evangélicos no Brasil: uma Leitura Contextual**. 21st World Congress of Political Science .Santiago / Chile Sesiones del Comité Local (CS16). July 12 to 16. (2009).

VELOSO, Isabel . **A Teoria da Escolha Racional e o comportamento eleitoral neopentecostal**. Pensamento Plural (UFPEL), v. 1, p. 42/3-58, 2012.